

AS CAÇADAS DE PEDRINHO: A LIQUIDAÇÃO DAS HERANÇAS DA ESCRAVIDÃO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Suzane de Almeida Pimentel Nogueira
Carla Cristina de Sousa
Vinicius Silva Lameiro
Oswaldo Pereira de Lima Junior

Universidade Estácio de Sá – suzane_pimentel@hotmail.com
Universidade Estácio de Sá – carla_caleb@hotmail.com
Universidade Estácio de Sá – viniciuslameiro@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – oswaldolimajr@gmail.com

Resumo:

Este trabalho busca analisar a clássica obra de Monteiro Lobato, do ano de 1933, as “Caçadas de Pedrinho”, que faz parte de sua produção literária dirigida ao público infantil. O texto lança um olhar sobre partes da narrativa do autor que parecem demonstrar uma linguagem ofensiva na fala dos outros personagens quando em referência a Tia Anastácia, a cozinheira negra da família, decorrente de uma possível dominação simbólica, conceito de Pierre Bourdieu, filósofo, nascido na França em 1930, que durante sua vida acadêmica, desenvolveu trabalhos abordando a questão da dominação pelo exercício do poder simbólico. Em que pese não ser feita a análise da existência ou não de racismo por parte do autor da obra, sendo certo que a desqualificação racial à época fazia parte da herança deixada pelos remotos tempos da escravização dos negros, busca-se interpretar os acontecimentos narrados no livro como um sinal particularmente demonstrativo de uma tendência ao exercício do poder simbólico como forma de opressão do homem branco sobre o homem negro. Trabalha-se com a ideia de ofensa aos direitos humanos, provocada na estrutura dos direitos da igualdade, pela existência de elementos que diferenciam a personagem por características étnicas. O artigo pretende explorar a evolução e o progresso dos documentos de proteção da personalidade humana em concordância com as premissas da igualdade, da fraternidade e da solidariedade, ideais aclamados durante a Revolução Francesa e, igualmente, proclamados pela Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948, e tantos outros documentos de proteção a igualdade. Também a Constituição Federal de 1988, e sua perspectiva da construção de uma sociedade mais solidária e mais justa, compõe o interesse ao reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis que constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz, que inviabiliza qualquer forma de discriminação. Nesse sentido, defende-se que os Direitos Humanos são o novo *ethos* mundial, e que o ideal de igualdade deve ser perseguido através da resistência e da correção daquilo que se encontra em conflito com a dignidade da pessoa humana. O reconhecimento à igualdade em todos os seus detalhes é tema de grande importância, que merece reflexão por parte da sociedade para que se possa alcançar a democracia e a paz. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se fonte de pesquisa imediata formal, quanto à coleta de dados, bibliográfica.

Palavras-chave: Violência Simbólica, Liberdade, Igualdade, Direitos Humanos.

“Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativoiro, isto é de despotismo, superstição e ignorância” (NABUCO, 2012, p. 12).

1. Introdução

A grande beleza e força recônditas na Literatura estão, certamente, na capacidade natural que possui em entreter e, ao mesmo tempo, ensinar àqueles que dela se servem. Ao ler um livro, ao folhear uma revista, se está não apenas enriquecendo a própria cultura pessoal e conhecendo um pouco das ideias e pensamentos de um autor, é algo que vai muito mais além. Seu poder de penetração nas instâncias mais profundas da psiquê humana lhe confere a capacidade de ensinar e, logicamente, de inculcar ideias e costumes na mente daquele que lê.

Representa, portanto e acima de tudo, uma forma de aprendizagem que se volta às concepções de um autor e de um tempo. É preciso refletir que é muito difícil escrever de modo anódino, pasteurizando-se do labor da escrita as próprias percepções de época do autor, suas crenças e descrenças, sua politização e compreensão, mesmo que básica, de assuntos que envolvam sua sociedade e a ética de seu tempo e lugar. Escrever é mostrar um pouco de si e do mundo em que se insere e isso envolve tanto os aspectos bons como igualmente aqueles que podem ser hoje considerados ultrapassados ou, pior, são manifestações verdadeiras de preconceitos não mais aceites ou tolerados.

É um meio de instrução e de construção da pessoa. É processo de usinagem do ser, sua cunhagem como pessoa situada num contexto maior que lhe envolve e dá sentido. É uma importante peça de aculturação que exerce papel didático: educa!

Esse processo importante de aprendizado não pode ser constituído, contudo, apenas através da apreensão seca e isenta de críticas por parte do leitor. É preciso conhecer o autor, compreender sua obra e suas intenções para com ela e com seus leitores, mas, sobretudo, é extremamente relevante perceber aquilo que nela se encontra embutido de modo sub-reptício, às vezes até ao próprio artífice. Bacon (GIANNETTI, 2008, p. 19) nos dá o tom de uma boa leitura:

Leia não para contradizer nem para acreditar, mas para ponderar e considerar. Alguns livros são para serem degustados, outros para serem engolidos, e alguns para serem mastigados e digeridos. A leitura torna o homem completo, as preleções dão a ele prontidão, e a escrita torna-o exato.

A Literatura pode ser, portanto, tanto um instrumento de transformação pessoal e social, como um incisivo meio de desfiguração da igualdade quando, estribada em leitura superficial e acrítica, promove valores contrários à dignidade da pessoa humana. A Literatura é artefato capaz de construção da experiência humana, por isso sua constituição aventa assuntos que sequer se pode

imaginar de início. Toca tantos temas, que avança muito além daquilo que o autor pretendeu discorrer, pois se constrói dentro do suporte de edificação do conhecimento em que todas as pessoas inseridas. Não se pode fugir do pensamento e dos preconceitos do tempo em que se vive. Por isso, já destacava Dewey (2010, p. 50) que cada pessoa “[...] seja jovem ou adulto, extrai para si de sua experiência presente tudo o que nela há no momento em que vivencia”.

Ciente desse importante papel da literatura, escolheu-se texto clássico da ficção infanto-juvenil brasileira, muito conhecido e frequentemente usado para a instrução em escolas, para proceder análise crítica da maneira como o autor, mesmo que não intencionalmente, irradia em sua obra os preconceitos e as mazelas de seu tempo. Monteiro Lobato, bastante criticado por suas apreciações à obra de Anita Malfatti em 1917, é um autor talentoso e sensível, mas cuja obra encontra-se cercada por elementos que traduzem o que pode ser visto de pior na relação entre patrão/senhor/branco e empregado/escravo/negro não só de seu tempo – ou do tempo em que a obra fora escrita – como de qualquer momento pós-abolicionista ou mesmo pré-abolicionista.

Somente assim se pode compreender as intenções do texto, sua efetividade, sua aproveitabilidade e a forma pela qual se deve criticá-lo de modo consciente, construtivo e, acima de tudo, respeitoso.

2. As caçadas de Pedrinho e a dominação simbólica de Pierre Bourdieu

“As caçadas de Pedrinho”, literatura infantil de 1933 escrita por um dos maiores autores da literatura brasileira, José Bento Renato Monteiro Lobato, trata das aventuras de um grupo de crianças, Pedrinho, Narizinho e seus amigos não humanos, Visconde de Sabugosa, um boneco feito a partir de uma espiga de milho, e Emília, uma boneca feita de pano, ambos confeccionados por tia Anastácia, uma das integrantes do núcleo de personagens da estória. Além desses, participam da narrativa a avó das crianças, Dona Benta Encerrabodes de Oliveira, e também um dos mais curiosos personagens que responde pelo nome de Marquês de Rabicó, um porco que se comporta como um ser humano e participa das aventuras e, em especial, da caçada à onça, tema central da primeira parte do livro.

A narrativa começa quando Rabicó, o porquinho, vai passear na floresta Capoeirão dos Taquaruçus, localizada perto do Sítio do Pica-Pau-Amarelo, local onde reside toda a família de Dona Benta. Em seu passeio pelo local, Rabicó ouve o rugido de um animal, identificado, posteriormente, como sendo uma onça. Ao contar ao menino Pedrinho seu encontro com a fera, este decide, então, aventurar-se em uma caçada ao bicho. Tomada a resolução, iniciam-se os

preparativos e todos os moradores do sítio são convidados a participar da empreitada, ficando de fora tia Anastácia e Dona Benta.

Durante a caçada, após investirem contra o animal, as crianças e seus companheiros – o sabugo feito de milho, a boneca “sem coração”¹ e o porco – ficaram encurralados pela onça. Pedrinho então joga pólvora nos olhos da onça e a deixa completamente cega, nesse momento os caçadores vão ao encontro do animal e o atingem, cada um com sua arma:

Mas esta “aventura”, conforme a narrativa do autor, gera uma represália por parte dos animais viventes da floresta. Instaure-se uma guerra entre os animais humanos e os não-humanos...

A boneca sem coração fica sabendo da trama por dois besouros, agentes infiltrados na mata, e que nutriam por ela grande afeição. Emília, ao contar sobre a invasão para Pedrinho, assim anuncia: “É guerra das boas. Não vai escapar ninguém – nem Tia Anastácia, que tem carne preta” (LOBATO, 2015, p. 48). Pedrinho, à vista disso, começa a conceber um plano para vencer seus inimigos e lhes frustrar o intento de vingança. Ao analisar as possibilidades de defesa, o menino pensa em abrir uma linha de trincheiras em redor da casa, ao que redargui, Narizinho (LOBATO, 2015, p. 49): “Inútil isso, Pedrinho – objetou a menina. – As onças são danadas para saltar. Pulam qualquer trincheira”.

No momento em que acontece a invasão, os moradores do Sítio colocam pernas-de-pau, uma enghoca construída por Pedrinho com a finalidade de escapar da capacidade de salto das onças. Mas Tia Anastácia, a personagem negra, encontrando grande dificuldade, é instruída por uma das personagens a trepar no mastro. Merece relevo, no entanto, a transcrição do texto sobre as palavras utilizadas pelo autor para criar, no imaginário, o acontecimento.

-Trepou no mastro – gritou-lhe Cléu.

Sim, era o único jeito – e tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão, pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros. (LOBATO, 2015, p.79).

Depois de algum tempo pendurada, Tia Anastácia não resiste e cai ficando livre à sanha dos invasores animais. Emília, em vista disso, solta algumas bombas que liberam enxames de caçungas, que são as mais terríveis vespas que existem, o que espanta as feras e salva a todos. A boneca-sem-coração exige, então, algo de valor por seus feitos prodigiosos de salvação, e pergunta a todos o que lhes dariam por isso. Quando pergunta para a Tia do grupo, assim se manifesta: “ – E você pretura?” (LOBATO, 2012, p. 85).

¹ Rabicó não havia mentido. Os rastros da onça estavam impressos na terra úmida. Ao fazerem tal descoberta o coração dos cinco heróis bateu mais apressado. Dos cinco, não; dos quatro, porque, como todos sabem, Emília não tinha coração. (LOBATO, 2015, p. 14).

Há de ser ressaltado que não é o intento deste trabalho perquirir a existência ou não de racismo na conduta e personalidade do autor, uma vez que isso demandaria uma análise maior da sua vida pessoal. A análise que se faz volta-se mais, portanto, à percepção de valores sociais da época do que a própria pessoa do autor e suas convicções particulares.

Assim sendo, cabe a reflexão diante da obra de Monteiro Lobato em face da violência empregada na linguagem quando outros personagens se referem à personagem Tia Anastácia, a figura dramática negra. Ainda que esta, em nenhum momento, se sinta ofendida com a forma desrespeitosa de tratamento que lhe é dispensada, sempre acompanhada de referências jocosas à cor de sua pele, a realidade é que tais indicativos ferem a dignidade intrínseca da pessoa e por isso devem ser mais bem compreendidos.

Neste particular, a experiência vivida pela personagem parece ser parte da dominação exercida. Uma herança histórica deixada à sociedade por anos de escravidão, nos quais os negros eram sempre colocados em posição de subserviência ao homem branco e que, em função disso, ocupavam e permaneceram ocupando espaços determinados dentro dessa mesma sociedade. Dominação essa que, no caso de Tia Anastácia, aparenta contar com a sua própria concordância, o que conduz à reflexão acerca dos conceitos de “Dominação” e “Violência Simbólica”, desenvolvidos por Pierre Bourdieu como resultado de uma forma de poder simbólico.

3. Da Opressão à Violência Simbólica

O poder da escravidão, como ela própria, é uma sombra que jaz sobre toda a humanidade. A escravidão deixou marcas significativas em nossa sociedade. A herança deixada por esse famigerado regime de servidão influenciou drasticamente sobre o território e a população do Brasil. Causou, ainda, como consequência, terríveis efeitos sociais e políticos na nação, abrindo cicatrizes profundas em virtude da desigualdade, do desrespeito aos direitos humanos e da intolerância que propaga.

A escravização no Brasil encontrou grande resistência no movimento abolicionista do final do século XIX². Ação que, conforme Joaquim Nabuco (2012, p. 22), foi antes de tudo um rompante político para o qual, sem dúvida, poderosamente concorreram o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que, sobretudo, nasceu da intenção em reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade.

Portanto, no Brasil, diferentemente de outros lugares do globo terrestre por onde a escravidão também fez suas vítimas, a questão não tratava simplesmente de um movimento de

² “Por “abolicionismo” entendo o modo de pensamento cujo foco central é a crítica à escravidão, defendendo a necessidade de acabar com ela, fosse de forma gradual ou imediata. (AZEVEDO, 2003, p. 34).

generosidade em favor de uma classe de oprimidos injustamente, mas sim de lutar por parte do povo brasileiro excluído, como um elemento de importância nacional.

A história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que se não pode sondar, e, infelizmente, essa é a história do crescimento do Brasil. No ponto que chegamos, olhando para o passado, nós, brasileiros, descendentes ou da raça que escreveu essa triste página da humanidade ou da raça com cujo sangue ela foi escrita, ou da fusão de uma e outra, não devemos perder tempo a envergonhar-nos desse longo passado que não podemos levar, dessa hereditariedade que não há como repelir. Devemos fazer convergir todos os nossos esforços para o fim de eliminar a escravidão do nosso organismo, de forma que essa fatalidade nacional diminua entre nós e se transmita às gerações futuras, jamais apagada, rudimentar e atrofiada. (NABUCO, 2012, p. 112).

A análise de tema que envolve elementos racistas pela narrativa traz consigo certo desconforto ao leitor, pois denota modo de opressão que, muitas vezes, passa despercebido. Está profundamente enraizada em tantos costumes que, invariavelmente, sequer é vista como tal. Para Bourdieu, na verdade, há de se pensar este tipo de assunto como uma forma trivial de tratamento discriminatório que se pode vislumbrar no transcorrer do tempo e no curso da história e que é incrivelmente difícil de ser superada. Sua suplantação depende, mesmo, da modificação na forma de pensar:

A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma conversão de olhar e pode-se dizer do ensino da pesquisa em sociologia que ele deve em primeiro lugar “dar novos olhos” como dizem por vezes os filósofos iniciáticos. (BOURDIEU, 1989, p. 49).

Sobre o poder simbólico, entende o sociólogo que este utiliza-se de “instrumentos simbólicos” e tem como “estruturas estruturantes”³, instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, bem como “estruturas estruturadas”, os meios de comunicação (língua ou culturas, vs. discurso ou conduta) (BOURDIEU, 1989, p. 16). “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (Ibid., p. 15).

Para o sociólogo, tais formas de dominação são de difícil entendimento, uma vez que exercidas duas vezes: em um primeiro momento, o domínio se dá através da pressão objetiva. Por exemplo, nos Estados Unidos, até bem pouco tempo, havia a questão da segregação que proibia a presença da população negra em determinados espaços. Dito de outra forma, havia lugares determinados e separados para essa população, de maneira que eram praticamente excluídas do convívio social. Aqui no Brasil, no entanto, embora, não tenha existido materialmente a segregação, era costume social compreender e aceitar que os negros possuíam um lugar diferente na sociedade, uma posição de odiosa e injusta inferioridade. Esse *Ethos* comum refletia-se em diversas

³ Os sistemas simbólicos (arte, religião, língua) como estruturas estruturantes. (BOURDIEU, 1989, p. 8).

manifestações culturais humanas, na arte, na ciência, podendo ser vislumbrando, inclusive, na literatura brasileira.

Cumpramos esclarecer que a história também é contada através da arte literária, como disse Lenio Streck (2014) em seu programa Direito e Literatura, “confunde-se a ficção da realidade com a realidade da ficção”. A história será sempre contada por aqueles que vencem e pode ser uma forma dessa dominação e de exercício desse poder simbólico. “A história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, costumes, direito, etc..e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*.”

(BOURDIER, 1989, p.89).

Percebe-se que a obra de Monteiro Lobato retrata com normalidade costumes que estão em absoluta contrariedade aos ideais de respeito e humanização. Além disso, fica obvio pela leitura que Tia Anastácia não se opunha ao tratamento que lhe era dispensado pelos outros, talvez por costume. Tal como ocorre nesta obra, também em muitas outras a questão histórica de elementos racistas fica muito evidente. Como exemplo, transcreve-se a fala do personagem Tibério no livro Incidente em Antares de Erico Verissimo, escrito em 1971.

– Racista eu? Ora, não sejas bobo. Sabes como trato a minha negra. Eles me adoram. Mamei nos peitos duma negra-mina. Me criei no meio de moleques pretos retintos. Quando leio esses casos com de ódio racial nos Estados Unidos, comento a coisa com a Lanja e lhe digo que no Brasil a gente, graças a Deus, não tem esses problemas, pois aqui o negro conhece o seu lugar. (2006, p. 63).

Pode-se dizer que as formas de dominação mais fundamentais são: i) a dominação cultural; ii) a dominação de uma etnia sobre a outra, como a dos brancos sobre os negros; e também, aquela que entende como dominação por excelência, iii) a do homem sobre a mulher.

Não obstante a ideia central deste labor pretender esclarecer a dominação étnica, apenas para melhor elucidar a teoria central de Bourdieu, analisar-se-á também o contexto de como a dominação simbólica é exercida sobre as mulheres. De forma objetiva, ela se dá, com a suposição de que certas profissões são inacessíveis a determinados grupos de pessoas, como, v.g., às mulheres. Ou seja, ao fazer intencionalmente o uso de exemplos de atividades profissionais nas quais a mulher não se encontra efetivamente representada ou, quando está presente, ocupa cargos inferiores, apenas com o intento de fundamentar a sua exclusão e sua inapetência ao labor. Este é o caráter objetivo da Dominação Simbólica.

No momento em que se pode analisar e objetivar essa estrutura, Bourdieu (2013) propõe uma divisão objetiva que se converte no que ele denomina “princípios da divisão”. Implica asseverar que a maioria das sociedades está organizada de modo obcecado conforme a posição do

masculino e feminino, como se existisse oposição entre aquilo que importa ao homem e aquilo que é relevante para a mulher. Apenas como exemplo, o autor discorre sobre a suposta oposição que existe entre a casa, como um ambiente privado de interioridade, intimidade, de psicologia que pertence e importa a mulher; e os cafés, que seriam espaços públicos masculinos a tratar dos assuntos do discurso, da palavra e da política, religião e outros.

Assim, tal polarização não estaria posta apenas de modo objetivo. Está também, e principalmente, costurada na estrutura mental ajambrada sob toda forma de oposição e de adjetivos nos quais se presencia a concordância entre esses opostos objetivos e os princípios de visão. A lógica que diferencia meninos de meninas faz com que se pareça que as habilidades de um indivíduo dependem do seu sexo. E essa crença faz com que os eliminados se eliminem, ou seja, as meninas se retirem de um determinado mercado profissional porque acreditam que suas habilidades são reduzidas para algumas atividades e não outras. O mesmo *modus operandi* pode ser aplicado às questões raciais.

Porém, cumpre esclarecer que este é um fenômeno inconsciente. O próprio excluído se retira uma vez que percebe, de forma inconsciente, sua exclusão e assim pensa estar agindo de acordo com sua liberdade de escolha. Acontece, então, esse desmedido processo de classificação que se apoia sobre estruturas subjetivas e objetivas.

Este princípio é denominado pelo autor como *habitus* – definido como o hábito, a incorporação de determinadas situações da realidade, de uma estrutura objetiva determinada; ou seja, o indivíduo passa a agir e a colaborar, inconscientemente, com aquela estrutura objetiva em cujo contexto social está inserido. O *habitus* é infraconsciente. É como uma segunda natureza, parcialmente autônoma, já que histórica e presa ao meio. “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Tal forma de dominação, portanto, se dá com a cumplicidade entre dominador e dominado. Ressalta, o autor, contudo, que não há de se falar em culpa por parte do oprimido, e sim cumplicidade inconsciente, pois essa estrutura de colaboração está enraizada no próprio arquétipo da dominação simbólica, e que redundando em violência. Cumpre esclarecer que este consentimento do oprimido, ainda que de forma não intencional, acaba por legitimar essa forma de dominação, ou essa forma de poder exercido.

O direito não se confunde com apenas justiça, mas concretiza sempre, historicamente, os valores éticos em instituições de poder. É preciso lançar um olhar ao passado para que se possa reavaliar os padrões do presente. Será que se deve aquiescer com certos padrões antigos de dominação, ainda que exercidos de forma inconsciente? Ou deve-se, sobretudo, rebelar-se contra qualquer manifestação cultural, científica, de ensino, ou educacional que não esteja de acordo com as diretrizes éticas, políticas e ideológicas, no sentido da deslegitimação do poder opressor de dominação? A resposta parece bastante óbvia, mormente se se pensa e se quer viver um país realmente livre.

É que, ao considerar o evoluir histórico e a ética comum a cada tempo, nota-se que o ser humano constrói-se progressivamente. E que sua realização, bem como a transformação dos valores da sociedade a qual ele pertence, perfaz-se dialeticamente pela superação de essenciais contradições, quais sejam, o bom e o mau, o justo o injusto, o certo e o errado, o que é legítimo do que não é.

4. A luta pela igualdade e a transformação de hábitos

O ideal de levar à toda humanidade, em diferentes partes do globo, os sagrados valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade deu início, sem dúvida, à construção do sistema mundial de respeito aos direitos humanos. “Esse movimento fundou-se na convicção de que todos os homens, ao participarem pela própria natureza de sua dignidade da pessoa humana, merecem rigorosamente igual respeito” (COMPARATO, 2016, p.497).

No decorrer do século XIX, surge uma nova concepção de igualdade a afirmar-se no Ocidente. Durante esse percurso histórico, o princípio da igualdade passa a ser estendido às mulheres, bem como às diferentes etnias e aos povos nos planos internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos dos humanos, promulgada em 1948 – e que, tecnicamente, tem o conteúdo de uma recomendação – feita pela Assembleia Geral das Nações Unidas para todos os seus membros, reconheceu “o princípio da igualdade essencial do ser humano, não obstante as múltiplas diferenças de ordem biológica e cultural que os distinguem entre si, e é afirmado no artigo II” (COMPARATO, 2015, p. 241).⁴

Pela primeira vez na História foi possível obter, de quase a totalidade dos Estados soberanos então existentes, a aprovação de uma de uma Declaração Universal dos Direitos Humanos. “A ideia de aprovar um mínimo ético irredutível para todos os povos e civilizações deixou de ser uma

⁴ Todo homem tem capacidade para gozar seus direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor sexo, língua, religião, opinião ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (COMPARATO, 2015, p. 247).

proposta utópica ou uma visão meramente teórica. Sob esse aspecto, a Declaração de 1948 foi um ponto de partida e não de chegada.” (COMPARATO, 2015, p. 248).

Em seu preâmbulo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem considera como um ideal comum a ser atingido por todas as nações, e também individualmente por cada membro da família humana, a igualdade e a liberdade de todos os indivíduos. Também os artigos 26 e 27 do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, considerados conjuntamente, tratam da discriminação, entendida como sendo “toda distinção, exclusão, restrição ou preferência, como dito na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, promulgada no Brasil pelo Decreto 65.810 em 08 de dezembro de 1969, com base nas diferenças de raça, sexo, dados culturais ou outra situação”.

A Constituição da República, em seu artigo 3º dispõe como objetivo fundamental do Brasil, em seu inciso IV, a promoção do bem todos, sem preconceitos de origem, raça, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A luta pela igualdade como o único caminho possível de alcance à efetividade dos direitos humanos passa pelo acolhimento da dignidade da pessoa humana como supremo modelo ético. “Desse fundamento decorrem, logicamente, normas universais de comportamento, as quais representam a expressão dessa dignidade em todos os tempos e lugares, e têm por objetivo preservá-la. Elas atuam como o espírito que vivifica o corpo social e dá legitimidade a todas as estruturas de poder” (COMPARATO, 2016, p. 488).

A violência simbólica – juntamente com a violência física e também a violência econômica – contribuem para o aumento efetivo das desigualdades. Por outro lado, a teoria contemporânea dos direitos humanos sustenta, em um polo, a irrevogabilidade dos direitos fundamentais já declarados nas constituições e tratados internacionais, e, noutro, sua legitimidade e sua ampliação progressiva, conforme a inevitável evolução da consciência ética da humanidade. Os princípios morais que representam o novo *ethos* dos direitos humanos, constituem, na verdade, “comandos de otimização” (ALEXY, 2015, p. 200), e de otimização permanente, jamais acabada. Já enquanto comandos de otimizar, expressam um dever ser definitivo e, nesse sentido real. “Naturalmente, é necessário não esquecer que um *ethos* representa o mundo do dever ser. O mundo real nos oferece, infelizmente, um espetáculo muito diferente” (BOBBIO, 2004, p. 210).

Nesse sentido, a busca pela igualdade e pelo respeito, em todas as suas formas de manifestação, deve representar uma contenda constante do Estado e da sociedade, individual e coletivamente, para uma conscientização das diversas formas de manifestação de poder opressor

dentro das sociedades contemporâneas. Representa uma maneira de vencer os obstáculos à transformação social, aniquilando as heranças deixadas por antigas formas de dominação do homem sobre o homem. Somente o agir ético determinando as condutas e manifestações sociais, tende sempre a alcançar um certo estado de equilíbrio, longe de todo excesso, a fim de garantir um novo estado de coisas e a satisfação plena do princípio da igualdade e dos direitos humanos como um todo.

5. Conclusão

O presente trabalho discorreu sobre a narrativa infantil de Monteiro Lobato, “As Caçadas de Pedrinho”, que tem como estória central, na primeira parte do livro, a vingança dos animais da floresta contra os moradores do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

A análise do texto, pretendeu identificar na fala do Autor elementos capazes de gerar, o que Pierre Bourdieu entende como violência simbólica contra a personagem tia Anastácia, já que durante toda a narrativa são feitas referências hostis quanto a cor de sua pele. Essa hostilidade, parece fazer parte do exercício de poder simbólico que leva a uma dominação inconsciente de determinado grupo.

De acordo com Pierre Bourdieu, o poder simbólico, utiliza-se de “instrumentos simbólicos” através de “estruturas estruturantes”, que são representados por instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, bem como “estruturas estruturadas”, os meios de comunicação (língua ou culturas, vs. discurso ou conduta).

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma disfarçada, quer dizer, irreconhecível, um poder modificado, que não é exercido por meio da coerção. Inobstante, sua legitimidade se dá pela aquiescência do grupo oprimido, uma vez que, de forma inconsciente, aceitam as consequências dessa forma odiosa de dominação.

As formas de dominação são de difícil compreensão, sendo exercidas em dois momentos: em uma primeira fase, o domínio se dá através da pressão objetiva, divide-se a sociedade e seus indivíduos de acordo com características pré-determinadas; em uma segunda fase, essa diferenciação se dá por meio da construção mental dos indivíduos, uma lógica perversa pela qual são criadas crenças que justifiquem as relações entre dominantes e dominados. E isto leva a uma autoexclusão operada pelo próprio sujeito oprimido.

Trata-se de um fenômeno inconsciente. O próprio excluído se retira do jogo social, uma vez que percebe, de forma inconsciente, sua exclusão e, assim, pensando estar agindo de acordo com a sua liberdade, passa a acreditar que existe razões reais para esse processo de classificação. Deste

modo, o hábito, que é a incorporação de determinadas situações da realidade, de uma estrutura objetiva determinada, faz com que o oprimido passe a agir de acordo com a vontade do dominador e a aceitar todas as estruturas impostas, legitimando o exercício do poder simbólico.

A literatura, como forma de arte, tem sido um dos mais poderosos instrumentos de educação e instrução. Os valores que uma sociedade engrandece, ou que considera nefastos, estão estampados nas formas irreais de ficção. Igualmente, as mazelas sociais, individual e coletivamente consideradas, também encontram reflexo no instrumento intelectual da leitura. A literatura nos permite a possibilidade de vivenciar, através da realidade da ficção, dialeticamente, os problemas sociais.

A Declaração Universal dos Direitos dos humanos, proclamada em 1948, reconheceu o princípio da igualdade essencial do ser humano, não obstante as múltiplas diferenças de ordem biológica e cultural que os diferenciam entre si, essa igualdade vem sendo ratificada durante toda a evolução dos Direitos Humanos. Diversos documentos e pactos internacionais reafirmam o Direito Fundamental à Igualdade. A Constituição da República escrita em 1988, tem como objetivos fundamentais, a criação de uma sociedade igualitária, justa e livre de toda forma de discriminação, em razão de sexo, cor ou idade.

Toda e qualquer forma de poder que tenha o potencial de ampliar as desigualdades sociais, seja ele exercido por meio da coerção, ou pelo engendramento de estruturas subjetivas, deve ser combatido de forma exaustiva pelo Estado e pelos indivíduos dentro. Isso se se pretende viver em uma sociedade que tenha a pretensão de ser considerada humanizada, ainda que o exercício desse poder descrito ainda seja exercido de forma inconsciente.

As palavras organizadas em uma narrativa sempre nos comunicam um estado de coisas. Qualquer ação, passada ou presente, que transmita uma forma de discriminação, não importa a sua natureza – em razão do sexo, da cor ou da idade – deve ser dura e prontamente combatida. Na pior das possibilidades, há de ser esclarecida para que haja a conscientização do desrespeito aos princípios humanitários e que se busque uma interpretação mais condigna com esses ideais. As formas de opressão exercitadas devem ser sumariamente aniquiladas para que não haja ofensa à Dignidade da Pessoa Humana.

A busca por ideal de igualdade passa pela observância do novo *ethos* da Dignidade da Pessoa Humana, construído ao longo da História das civilizações. Em função disso, identificando-se, como ora se o faz na obra de Monteiro Lobato, elementos que possam caracterizar esse subliminar exercício do poder simbólico, mesmo quando não foi o intento do autor, há de se buscar

a correta classificação etária da obra para que o leitor saiba identificar e compreender o exercício desses elementos de controle. É mais difícil a uma criança empreender a compreensão de que o uso de palavras e tratamento injustos em uma obra pode ser explicado pelo contexto histórico ou até mesmo – e justificadamente – pela vontade do autor (que, muitas vezes, busca retratar em sua obra a crueza e a verdade das relações sociais tais como são no mundo) do que a um adolescente ou jovem.

É por isso que este artigo visa, precipuamente, o esclarecimento e a identificação dessas formas de manifestação do poder simbólico para que se possa, no âmbito do controle didático, melhor classificar essa literatura tendo em vista nunca a sua censura, mas sua adequação ao público que a compreenda por completo.

6. Referências bibliográficas

ALEXY, Robert. *Teoria Discursiva do Direito*. Organização, tradução e estudo introdutório Alexandre Travassoni Gomes Trivisonno. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Nova Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz – 16ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. *Pierre Bourdieu: habitus*, ago. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x48sZ1Gplo8>>. Acesso em: 16 maio 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

_____. *Ética: Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIANNETTI, Eduardo. *O livro das citações: um breviário de ideias replicantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOBATO, Monteiro. *As Caçadas de Pedrinho*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2015.

STRECK, Lenio Luiz. *Direito & literatura: por que o direito precisa da literatura*, out. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4QnEWihhCL4>>. Acesso em 16 maio 2017.